



## Adaptação urbana frente à mudança do clima

Jornal da Universidade / 17 de maio de 2024

### Artigo | Estudante de Engenharia Ambiental, Clara Strack defende que o planejamento das cidades leve em consideração a população em situação de vulnerabilidade

\*Foto: Flávia Dutra/JU

O Brasil tem 85% da sua população vivendo em cidades. Entretanto, como são esses espaços urbanos que abrigam a vida cotidiana da maioria da população? As cidades conferem bem-estar, qualidade de vida, segurança alimentar e autonomia aos seus cidadãos? As cidades estão preparadas para suportar a mudança do clima, que se expressará de forma singular em cada região?

Modelos de civilização importados do 'velho mundo' nos foram impostos como sinônimos de progresso ao longo da história da colonização do país, e, junto com eles, vieram as respectivas limitações e problemas associados. A partir das primeiras estruturas urbanas coloniais – presentes até hoje nos centros das cidades históricas (mercado, igreja, praça central e casebres de arquitetura colonial) – se desenvolveram então as primeiras cidades brasileiras.

As vias para o acesso à exploração de recursos, o desmatamento, a pavimentação das rotas para o uso em massa de automóveis, a abolição de linhas férreas, a canalização de rios e a modificação do curso de corpos hídricos são diferentes facetas do desenvolvimento que abarcam um imperativo comum: a importação do modo burguês de produzir riquezas e de existir e, como consequência, o enriquecimento de poucos homens que residem em terras longínquas, às custas da natureza e do trabalho social.

Essa camada latente das cidades brasileiras se manifesta ao observarmos as lacunas estruturais, políticas e ambientais que diversas cidades no território nacional enfrentam. A falta de estruturas compatíveis com os biomas específicos de cada território nacional, a falta de políticas públicas de planejamento urbano integrado – que visem construir e manter cidades funcionais voltadas para a qualidade de vida da população – e a ausência de legislações ambientais rigorosas que garantam a preservação dos serviços ecossistêmicos prestados pelas infraestruturas naturais nativas são alguns exemplos.

É interessante observar que, nas cidades, o ciclo hidrológico é um importante sinalizador da mudança do clima. Além dos extremos climáticos, cujas temperaturas recordes têm causado inclusive mortes, eventos hidrológicos mais intensos e frequentes têm causado impactos em todo o território nacional: desde secas na amazônia e no pantanal até fortes chuvas nas cidades da mata atlântica e do pampa.

A urgência da pauta do “manejo das chuvas” nas cidades brasileiras se manifesta cada vez mais, com o desastre em Petrópolis (RJ) em 2022; no litoral paulista em 2023, e o atual desastre no estado do Rio Grande do Sul em 2024. A mudança do clima sobre as cidades, em seu aspecto de chuvas mais frequentes e de maior magnitude, já é uma realidade.

*As políticas de planejamento urbano precisam adotar um viés sistêmico e integrado, priorizando a pauta climática e a manutenção/criação de sistemas de prevenção a desastres, bem como devem lançar luz sobre as vulnerabilidades sociais vinculadas ao território, para que a nova realidade seja enfrentada de maneira responsável.*

Estratégias de adaptação urbana, como Soluções Baseadas na Natureza (SBN), Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE), infraestruturas verdes e infraestruturas naturais, todas envidadas pela lente da justiça climática, têm potencial de apoiar as cidades rumo a maior resiliência frente à mudança do clima.

Essas pautas podem ser tratadas no mundo 'superficial' e prático, apresentando medidas para redução dos impactos vinculados à mudança do clima; ou podem ser tratadas no mundo 'profundo' e latente, revendo e contrariando a ideologia burguesa hegemônica (conceito de Antonio Gramsci) que se reflete, nesse caso, na dificuldade que temos de enxergar alternativas de organização territorial como viáveis, para além da que já está em curso. A diferença está no foco: no problema ou na solução.

Se continuarmos delegando as decisões que tangem à habitabilidade das nossas cidades para líderes negacionistas climáticos ou detentores de prioridades que antecedem a adaptação urbana, as transformações territoriais necessárias vão tardar em acontecer e acontecerão pontualmente, não de forma descentralizada, sistêmica e integrada para maior eficiência.

Como as cidades vão se adaptar à mudança do clima? Com escolhas políticas que levem essa pauta a sério de maneira prioritária. Quem vai fazer essas escolhas políticas? Prefeitos(as), vices, senadores(as) e governadores(as) eleitos(as). Os políticos vão fazer essas escolhas. Porém, quem decide quais políticos vão decidir? Nós! Os cidadãos que exercem o direito ao voto decidem quem irá decidir sobre a habitabilidade das cidades e a qualidade de vida da população frente à mudança do clima.

Eurico Vianna, em um post sobre 'transiliência rural' – conceito que criou para difundir a transição ecológica de impacto positivo –, disse que o caminho para o sonho tem que ser uma amostra desse sonho a cada passo. Os meios como pequenas amostras do fim, e não contraditórios a ele. As novas cidades das quais precisamos vão exigir trabalho e participação. Vão exigir compromisso das prefeituras, secretarias e cidadãos. Vão exigir o uso da ciência que já é produzida em território nacional, bem como estratégias de planejamento urbano integrado pensadas para cada local com suas respectivas singularidades.

Como escreveram Marx e Engels em 1848: “As relações burguesas de produção, circulação e propriedade; a moderna sociedade burguesa, que fez aparecer meios de produção e de circulação tão poderosos, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue mais dominar os poderes subterrâneos que invocou”. Todos estamos no mesmo barco e esse barco se chama planeta Terra. Que não deixemos a tripulação nas mãos de comandantes incosequentes!

Clara Strack é graduanda em Engenharia Ambiental no Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS (IPH/UFRGS) e representante suplente do estado do Rio Grande do Sul na Rede de Jovens da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RJ-RBMA).

*“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”*

### :: Posts relacionados



Carta aos leitores | 05.06.24



Receita catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas



Para repensar a infraestrutura urbana

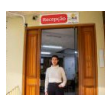


Sobre inundações, ou a importância do urbanismo

### :: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



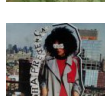
Movimento de plataforma do trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



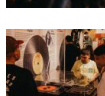
Atuação do NESA-IPH frente às inundações



A presença negra num bairro riograndino



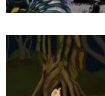
Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

### INSTAGRAM

jornaldauniversidadeufrgs  
@jornaldauniversidadeufrgs

Follow

### REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS  
SECOM

UFRGS

### CONTATO

Jornal da Universidade  
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br

View on Instagram